



MURAYAMA,  
AFFONSO FERREIRA  
E MOTA ADVOGADOS



# Incidência do IBS e da CBS sobre Importações

# Introdução

Esta apresentação integra uma série de estudos realizados pelo escritório para esclarecer as principais alterações trazidas pela Reforma Tributária do Consumo.

Nesta edição, abordamos as regras relativas à incidência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) nas operações de importação de bens materiais, com ênfase na análise do fato gerador, do momento de apuração, do local da importação, da base de cálculo e das alíquotas aplicáveis, nos termos da Lei Complementar nº 214/2025.



An aerial photograph of a large cargo ship sailing on the ocean, with a smaller tugboat positioned nearby. The image is dark and serves as a background for the slide.

# 24

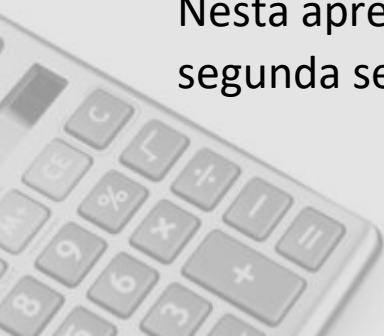
## Incidência do IBS e da CBS sobre Importações

## 23 | Incidência do IBS e da CBS sobre Importações

O IBS e a CBS incidem sobre a importação de bens ou serviços do exterior, realizada por pessoa física, pessoa jurídica ou entidade sem personalidade jurídica, ainda que não inscrita ou não obrigada a se inscrever no regime regular do IBS e da CBS, independentemente de sua finalidade.

A LC nº 214/25 disciplinou as regras de importação em duas seções distintas: uma relativa a bens imateriais e serviços, e outra dedicada aos bens materiais.

Nesta apresentação, serão analisadas exclusivamente as normas referentes à segunda seção, que trata da importação de bens materiais e serviços.



# 24.1

## IBS e da CBS sobre Importações de Bens Materiais

## 24.1 | Importações de Bens Materiais

O art. 65 da LC nº 214/25 dispõe que o fato gerador da importação de bens materiais é a entrada de bens de procedência estrangeira no território nacional.

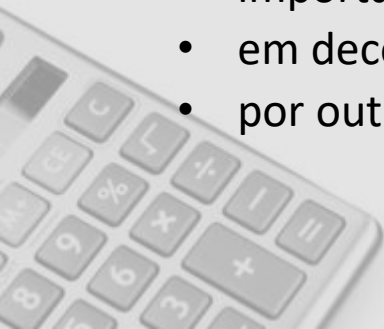
Além disso, cria a presunção da entrada no território nacional em relação aos bens que constem como tendo sido importados e cujo extravio seja constatado pela autoridade aduaneira, excetuadas as malas e as remessas postais internacionais.



## 24.1 | Importações de Bens Materiais

Não constituem fatos geradores do IBS e da CBS sobre a importação os bens materiais que retornem ao País nas seguintes hipóteses:

- quando enviados em consignação e não vendidos no prazo autorizado;
- quando devolvidos por motivo de defeito técnico, para reparo ou para substituição;
- em razão de modificações na sistemática de importação adotada pelo país importador;
- em decorrência de guerra ou de calamidade pública; ou
- por outros fatores alheios à vontade do exportador.



## 24.1 | Importações de Bens Materiais

Também não constituem fatos geradores do IBS e da CBS sobre a importação os bens materiais:

- ✓ que, corretamente descritos nos documentos de transporte, cheguem ao País por erro inequívoco ou comprovado de expedição, desde que redestinados ou devolvidos para o exterior;
- ✓ que sejam idênticos, em igual quantidade e valor, e se destinem à reposição de outros anteriormente importados que, após sua liberação pela autoridade aduaneira, tenham revelado defeituosos ou imprestáveis para o fim a que se destinavam;





## 24.1 | Importações de Bens Materiais

- ✓ que tenham sido objeto de pena de perdimento antes de sua liberação pela autoridade aduaneira;
- ✓ que tenham sido devolvidos ao exterior antes do registro da declaração de importação;
- ✓ que sejam considerados como pescado capturado fora das águas territoriais do País por empresa localizada no seu território, desde que atendidas as exigências legais aplicáveis à atividade pesqueira;



## 24.1 | Importações de Bens Materiais

- ✓ aos quais tenha sido aplicado o regime de exportação temporária;
- ✓ que, estando em trânsito aduaneiro de passagem, tenham sido acidentalmente destruídos; e
- ✓ que tenham sido destruídos sob controle aduaneiro, sem ônus para o poder público, antes de sua liberação pela autoridade aduaneira.



## 24.1 | Importações de Bens Materiais

Considera-se ocorrido o fato gerador do IBS e da CBS na importação de bens materiais na liberação dos bens submetidos a despacho para consumo ou ao regime aduaneiro especial de admissão temporária para utilização econômica.

O fato gerador também se considera ocorrido no momento do lançamento do correspondente crédito tributário, nas seguintes hipóteses:

- bens compreendidos no conceito de bagagem, acompanhada ou desacompanhada;
- bens constantes de manifesto ou de outras declarações de efeito equivalente, cujo extravio tenha sido verificado pela autoridade aduaneira; ou
- bens importados que não tenham sido objeto de declaração de importação.

## 24.1 | Importações de Bens Materiais

Para fins da LC nº 214/25, entende-se por despacho para consumo na importação o despacho aduaneiro a que são submetidos os bens importados a título definitivo.

O fato gerador também se considera ocorrido inclusive no caso de despacho para consumo de bens submetidos a regime suspensivo de tributação e de bens contidos em remessa internacional ou conduzidos por viajante, sujeitos ao regime de tributação comum.



## 24.1 | Importações de Bens Materiais

Já o local da importação de bens materiais corresponde ao:

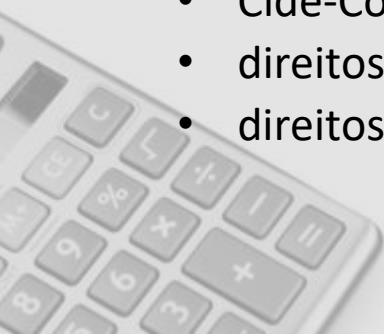
- ✓ local da entrega dos bens ao destinatário final, inclusive na remessa internacional;
- ✓ domicílio principal do adquirente de mercadoria entrepostada; ou
- ✓ local onde ficou caracterizado o extravio.



## 24.1 | Importações de Bens Materiais

A base de cálculo do IBS e da CBS na importação de bens materiais é o valor aduaneiro acrescido de:

- Imposto sobre a Importação;
- Imposto Seletivo (IS);
- taxa de utilização do Sistema Integrado do Comércio Exterior (Siscomex);
- Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM);
- Cide-Combustíveis;
- direitos antidumping;
- direitos compensatórios;

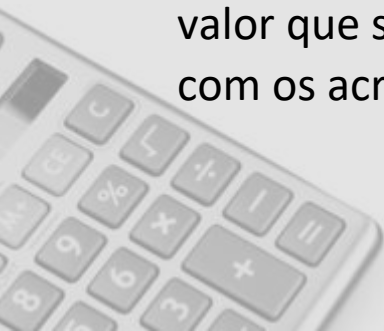


## 24.1 | Importações de Bens Materiais

- medidas de salvaguarda; e
- quaisquer outros impostos, taxas, contribuições ou direitos incidentes sobre os bens importados até a sua liberação.

O IPI, o ICMS e o ISS não compõem a base de cálculo do IBS e da CBS.

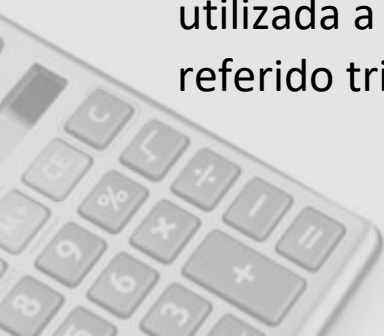
Na hipótese de impossibilidade de identificação do bem material importado, em razão de seu extravio ou consumo, e de descrição genérica nos documentos comerciais e de transporte disponíveis, a base de cálculo do IBS e da CBS será o valor que servir ou que serviria de base para o cálculo do Imposto de Importação com os acréscimos previstos em lei.



## 24.1 | Importações de Bens Materiais

Os valores expressos em moeda estrangeira deverão ser convertidos em moeda nacional pela taxa de câmbio utilizada para cálculo do Imposto sobre a Importação, sem qualquer ajuste posterior decorrente de eventual variação cambial.

Na hipótese de não ser devido o Imposto sobre a Importação, deverá ser utilizada a taxa de câmbio que seria utilizada caso houvesse a incidência do referido tributo.



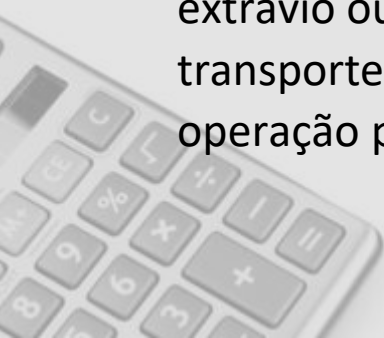


## 24.1 | Importações de Bens Materiais

Por fim, as alíquotas do IBS e da CBS incidentes sobre cada importação de bem material são as mesmas incidentes sobre a aquisição do respectivo bem no mercado interno.

Para fins da determinação das alíquotas estadual, distrital e municipal do IBS, considera-se como destino da operação o local da importação.

Na impossibilidade de identificação do bem material importado, em razão de seu extravio ou consumo, e de descrição genérica nos documentos comerciais e de transporte disponíveis, serão aplicadas as alíquotas-padrão do destino da operação para fins de determinação do IBS e da CBS incidentes na importação.





**Janssen Murayama** é sócio fundador do escritório, possui mais de 20 anos de experiência, tanto em contencioso quanto em consultoria tributária; é graduado em Direito e Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pós-graduado em Direito Tributário, pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET) e mestre em Direito Tributário pela UERJ. Janssen é membro efetivo da Comissão de Direito Financeiro e Tributário do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), fundador e membro do Conselho Consultivo do Grupo de Debates Tributários do Rio de Janeiro (GDT-Rio), além de autor e coordenador de livros e artigos científico-tributários e professor convidado do *FGV Law Program* e da Pós-Graduação em Direito Tributário da Mackenzie *Business School*.

[janssen@murayama.com.br](mailto:janssen@murayama.com.br)



**MURAYAMA, AFFONSO FERREIRA E MOTA**

ADVOGADOS

[contato@murayama.com.br](mailto:contato@murayama.com.br)

[www.murayama.com.br](http://www.murayama.com.br)

Rua do Ouvidor, 108 - 9º andar - Centro - Rio de Janeiro – RJ

+55 21 3197-3550